



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

13ª REUNIÃO ORDINÁRIA ATA DA REUNIÃO

Data: 19 de setembro de 2006

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Ministro

Horário: das 10 às 13 horas

Pauta:

1. Abertura pelo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva.
2. Atuação do Comitê Gestor das Ações Governamentais para os XV Jogos Pan-americanos Rio 2007, breve relato pelo Secretário Ricardo Leyser.
3. DELIBERAÇÃO: Bolsa-Alela 2006, apreciação e deliberação da Resolução *Ad Referendum* nº 14, de 09 de agosto de 2006.
4. Bolsa-Alela – breve apresentação de relato comparativo 2005-2006, pelo Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, André Arantes.
5. Atuação da Comissão de Combate ao Doping - CCDP, breve relato pelo Conselheiro Dr. Eduardo De Rose.
6. DELIBERAÇÃO: II Conferência Nacional do Esporte, resultados e próximas ações.
7. DELIBERAÇÃO: Comissão de Esporte de Aventura – CEAV, adequação da composição para ingresso de novos membros.
8. Justiça Desportiva – pesquisa sobre o funcionamento da Justiça Desportiva em 12 países.
9. Projeto de Lei de Incentivo Fiscal para o Esporte, mobilização para a aprovação.

Conselheiros Presentes:

Ministro de Estado do Esporte, **Orlando Silva**

Secretário Executivo do Ministério do Esporte, **Rafael de Aguiar Barbosa**

Secretário Nacional de Esporte Educacional, **João Ghizoni**

Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, **André Almeida Cunha Arantes**

Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, **Carlos Arthur Nuzman**

Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, **Vital Severino Neto**

Representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer, **Ednilton Vasconcelos**

Representante dos Secretários e Gestores Municipais do Esporte e Lazer, **Júlio**

Filgueira

Representante dos Clubes Sociais, **Arialdo Boscolo**

Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto,

Humberto Aparecido Panzetti

Representante do Desporto Nacional, **Carlos Miguel Aidar**

Representante do Desporto Nacional, **Bernard Rajzman**

Representante do Desporto Nacional, **José de Assis Aragão**



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Representante do Desporto Nacional, **Rinaldo José Martorelli**
Presidente do Conselho Federal de Educação Física, **Jorge Steinhilber**
Representante do Desporto Nacional, **José Carlos Brunoro**
Representante do Desporto Nacional, **Eduardo Henrique De Rose**
Representante da Comissão Desportiva Militar do Brasil, **José Paulo Chaves Lino**

Justificaram ausência os Conselheiros:

Secretária Nacional de Desenvolvimento, Esporte e Lazer, **Rejane Penna Rodrigues**
Presidente da Comissão Nacional de Atletas, **Lars Schmidt Graef**
Representante da Confederação Brasileira de Futebol, **Fernando José Macieira Sarney**
Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, **Fernando Mascarenhas**

Participantes:

Ana Carla Marques Tiago Correia, Assessora do Comitê Paraolímpico Brasileiro
Cássia Damiani, Assessora Especial do Ministro
Maristela Medeiros das Neves Gonçalves, Assessora Especial do Ministro
Milton Ângelo Pereira de Oliveira, membro da Comissão Desportiva Militar do Brasil
Paulo Roberto Veloso Ventura, representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
Ricardo Leyser Gonçalves, Secretário Executivo do Comitê de Gestão das Ações Governamentais dos XV Jogos Pan-americanos de 2007

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte

O Secretário Executivo do Ministério do Esporte, Rafael Barbosa, iniciou a décima terceira reunião ordinária do Conselho Nacional do Esporte – CNE, às dez horas e quarenta minutos. Agradeceu a presença de todos e justificou o atraso do Ministro do Esporte em função de comparecimento em outra reunião. Aproveitou a oportunidade para informar que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou no mês de setembro dois importantes atos para o esporte brasileiro. A saber: a Lei que estabelece o dia primeiro de setembro como o Dia do Profissional de Educação Física e a Lei da Timemania. Apresentou a pauta proposta e solicitou que fosse alterada a ordem dos assuntos, em função de permitir o acompanhamento pelo Ministro do Esporte do tema referente à segunda Conferência Nacional do Esporte. Todos concordaram. Assim sendo, apresentou a Resolução de número quatorze, de nove de agosto de dois mil e seis, aprovada *ad referendum* do Conselho para apreciação e deliberação. Informou tratar-se da relação dos atletas não olímpicos e não paraolímpicos, que pela Lei da Bolsa-Atleta necessitam de aprovação deste CNE. Todos concordaram. Informou Barbosa que na pasta dos Conselheiros havia cópia da Relação Final de Atletas beneficiados com a Bolsa-Atleta do ano de dois mil e seis e cópia da Portaria número cento e cinquenta e seis, de vinte e três de dezembro de dois mil e cinco, que estabeleceu os critérios para a



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Bolsa-Atleta neste exercício. Passou a palavra para o Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, André Arantes, que fez detalhada apresentação sobre o programa Bolsa-Atleta, especialmente salientando quadro comparativo do programa nos anos de dois mil e cinco e dois mil e seis. Com a chegada do Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, lhe foi entregue a condução dos trabalhos. O Ministro agradeceu a presença de todos, se desculpou pelo atraso e, em seguida, passou a palavra ao Secretário-Executivo do Comitê Gestor das Ações Governamentais para os décimo-quinto Jogos Pan-americanos de dois mil e sete, Ricardo Leyser, que fez uma breve apresentação sobre o andamento da organização dos Jogos. Leyser focou sua apresentação, principalmente, na informação sobre o andamento das obras das instalações esportivas que serão utilizadas durante os Jogos. O atleta Bernard Rajzman informou sobre as instalações esportivas que estão a cargo do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, agradeceu o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério do Esporte em apoio a realização dos Jogos Pan-americanos de dois mil e sete. Aproveitou a oportunidade para sugerir que a próxima reunião do Conselho fosse realizada no Rio de Janeiro, de forma a permitir visita dos Conselheiros as obras das instalações esportivas e um maior detalhamento de todas as ações que estão sendo desenvolvidas para a realização dos Jogos. O Secretário-Executivo do ME, Rafael Barbosa, propôs a votação sobre esta decisão. Todos aceitaram. O Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, Vital Severino, informou que nos dias vinte e oito e vinte e nove do mês de agosto passado, o Diretor-Executivo e o Diretor de Esportes do Comitê Paraolímpico Internacional, Xavier Gonzalez e David Grevemberg, respectivamente, estiveram em visita de vistoria às obras dos Jogos e, em consequência do que testemunharam, elegeram os Jogos Parapan-americanos de dois mil e sete o evento do ano para aquele comitê. O modelo do esporte paraolímpico vai mudar em função dos Jogos de dois mil e sete, declarou Vital. Nuzman confirmou dizendo que o Brasil está dando uma contribuição inestimável ao movimento paraolímpico. Carlos Nuzman desculpou-se com os demais presentes, mas em função de compromissos urgentes relacionados com a realização dos Jogos Pan-americanos de dois mil e sete, se viu obrigado a antecipar sua viagem para as doze horas, motivo pelo qual se despediu neste momento. Solicitou o Ministro Orlando Silva que o Secretário Executivo desse prosseguimento à pauta, uma vez que havia iniciado os trabalhos desta reunião. Assim sendo, Barbosa passou para o próximo ponto da pauta, que se referiu ao *doping*. O Secretário-Executivo deu seu próprio testemunho de ter participado da última reunião da Comissão de Combate ao Doping - CCDP e da convicção que lhe restou da necessidade de desburocratização nas ações de importação e exportação de substâncias padrões e material para exame. Em seguida, pediu que o Presidente da Comissão, Eduardo Henrique De Rose, fizesse sua explanação sobre o assunto. De Rose fez um breve relato dos problemas que estão sendo enfrentados e lembrou que a Agência Mundial Antidoping – AMA está na fase de renovação do credenciamento do Ladetec. Salientou a importância do governo brasileiro viabilizar a plenitude dos trabalhos daquele laboratório, principalmente pela proximidade dos Jogos Pan-americanos de dois mil e sete. Informou



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

ao Ministro Orlando que as entidades nacionais dirigentes dos esportes solicitaram que no próximo ano, quando o Ministério destinar recursos para os testes executados pela CCDP, inclua os gastos com os profissionais que farão o controle e com os kits. Tendo em vista que o custo destes itens tem sobrecarregado por demais o orçamento já escasso das Confederações. Imediatamente o Secretário André Arantes assumiu o compromisso de incrementar o orçamento para cobrir tais gastos. Rafael Barbosa informou que o Ministério do Esporte, incitado pela última reunião do CNE, encomendou uma pesquisa comparativa da Justiça Desportiva brasileira com a de outros onze países e proposta de atualização da mesma. O Ministro Orlando Silva acrescentou que este assunto foi amplamente debatido na última reunião, quando o Conselheiro Rinaldo Martorelli lançou um apelo para revisão do Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Agora, a solução proposta visa responder com o compromisso assumido de estudar a questão com mais profundidade. Declarou Silva que tem certeza que esta ação será mais um importante legado que esta gestão deixará para o próximo governo: vamos dar condições estruturantes para o desenvolvimento do esporte brasileiro. Aproveitou o Ministro para informar que recebeu na última reunião do CNE a reivindicação de revisão da composição da Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos – CEJD e que analisando a questão o Ministério observou ser a única comissão em que nenhum dos membros do Conselho têm assento. Neste sentido, indicou que numa nova composição o Conselheiro Carlos Miguel Aidar deveria participar desses trabalhos, como ícone da advocacia nacional e, especialmente, como grande jurista esportivo que é. Aidar agradeceu. O Secretário Rafael Barbosa solicitou o apoio de todos os Conselheiros para depois das eleições ajudarem na aprovação do Projeto de Lei de Incentivo Fiscal para o Esporte que tramita no Congresso Nacional. Informou o Ministro do Esporte que o atleta Lars Graell, Presidente da Comissão Nacional de Atletas – CNA, que se encontra em viagem aos Estados Unidos da América para competir, se comprometeu em mobilizar aquela comissão para buscar o apoio dos parlamentares na aprovação da lei ainda em dois mil e seis. Bernard Rajzman elogiou a iniciativa e lembrou que só o futebol brasileiro arrecadou quinze milhões de reais de impostos no ano passado para o Governo, segundo recente matéria publicada no Jornal O Globo. “Não somos pedintes, somos grandes arrecadadores”, enfatizou Bernard. Propôs, ainda, o atleta que o Ministério contrate um estudo sobre os valores arrecadados pelo esporte em todos os níveis: federal, estadual e municipal, ressaltando que tal estudo serviria de base para as negociações da aprovação da lei de incentivo. Carlos Miguel Aidar lembrou que no ano de dois mil e cinco o Grande Prêmio de Fórmula Um quase não foi realizado por vários motivos de ordem administrativa e, em função de estudo formulado pela Fundação Getúlio Vargas sobre a arrecadação propiciada unicamente por aquele evento, a Prefeitura da cidade de São Paulo voltou atrás na decisão de cancelar o GP. Júlio Filgueira, Presidente da Associação dos Gestores Municipais de Esporte e Lazer - ASMEL, lembrou que quando trabalhava na Prefeitura da Cidade de São Paulo, no ano de dois mil e três, já haviam elaborado estudo que comprovava que só o GP de Fórmula Um de São Paulo gerava quatorze mil empregos ano para aquela cidade. Aidar se disponibilizou a procurar a Fundação Getúlio Vargas em busca da pesquisa realizada



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

no ano de dois mil e cinco. Encerrado o assunto, o Conselho avançou na pauta. O Secretário-Executivo propôs uma minuta de Resolução, alterando a composição da Comissão de Esporte de Aventura – CEAV, para adequar sua composição, dando oportunidade de uma maior representação do segmento. Todos concordaram. Passou então a palavra para a Assessora Especial Cássia Damiani, que fez um relato dos resultados da segunda Conferência Nacional do Esporte, ocorrida no primeiro semestre deste ano. Informou a professora Cássia que todos os estados realizaram as etapas estaduais da Conferência e dois mil e duzentos municípios as etapas municipais. Ressaltou ainda que neste ano a média de participação das mulheres nas etapas da Conferência atingiu o percentual de trinta por cento entre os participantes. Finalizou sua participação trazendo ao Conselho a proposta de criação de uma comissão, no âmbito deste CNE, com o objetivo de acompanhar a implementação das resoluções da Conferência Nacional. Todos concordaram. Júlio Filgueira apresentou as moções resultantes da segunda conferência para deliberação do CNE, propondo sua aprovação em bloco, vez que já haviam sido encaminhadas com antecedência para todos os Conselheiros. Informou que a comissão organizadora, que havia se reunido no dia anterior, fez algumas ressalvas ao texto das moções apresentado, propondo a aprovação de algumas moções em sua totalidade, e outras em parte ou com ressalvas. O Ministro recomendou que, como o teor das moções foi encaminhado anteriormente para todos os conselheiros, e devido à urgência do prazo, todos acatassem as sugestões da comissão organizadora. Após correção sugerida pelo De Rose na moção oito, todos concordaram. Humberto Panzetti, Presidente da Organização das Entidades Nacionais do Desporto – ONED, observou que o Relatório Final, no eixo quatro, referente ao Financiamento, item doze, não especificava os detalhes propostos para alteração da Lei Agnelo/Piva. Filgueira esclareceu que o documento é o resultado das etapas estaduais e não poderia ser alterado neste fórum. Rinaldo Martorelli questionou ao Ministro Orlando Silva se ele confirmava que a CEJD se desfez. O Ministro afirmou que certamente a composição será revista, como informado no início da reunião. Solicitou ainda Martorelli que o resultado dos trabalhos sobre a Justiça Desportiva sejam encaminhados aos Conselheiros. O Ministro concordou. Martorelli propôs a deliberação de um ação contra uma entidade nacional dirigente de taekwondo, em função de ter recebido a reclamação de um atleta que se achou prejudicado por não ter sido convocado para uma determinada competição. O Ministro considerou que os dados são insuficientes para a deliberação, lembrando que para tal deve ainda ser lembrado de ouvir o contraditório pela entidade. Ademais, este assunto ainda precisa ser apreciado sob a luz da legislação vigente. Rinaldo Martorelli, por fim, manifestou seu descontentamento pela não inclusão das dívidas trabalhistas no projeto de lei da Timemania recentemente aprovado pelo Presidente da República. O Ministro disse ao Conselheiro que ficasse a vontade para encaminhar formalmente suas reivindicações para maiores estudos. O representante da Comissão Desportiva Militar do Brasil – Capitão José Paulo Chaves Lino, informou tratar-se de sua última participação no Conselho e que seria substituído pelo Coronel Milton Ângelo Pereira de Oliveira. O Ministro agradeceu pela importante contribuição do trabalho do Capitão Lino ao longo



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

desses anos e deu as boas vindas ao novo representante. Arialdo Boscolo, Presidente da Confederação Brasileira de Clubes – CBC agradeceu o empenho de Lars Grael, de Milton Ângelo, do ex-Ministro Agnelo Queiroz e do Ministro Orlando Silva na aprovação da Timemania. Por fim, declarou que desde vinte um de novembro de dois mil e quatro a Confederação Brasileira de Hóquei no Gelo, que também preside, vem buscando apoio do CNE para intervir no processo de filiação da entidade junto ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB. O Ministro solicitou que fosse estudada a reivindicação do dirigente e formulada uma resposta conclusiva sobre o assunto, solicitando que o Conselheiro Aidar tivesse a oportunidade de apreciar o processo. Aidar concordou. Agradecendo a presença de todos, o Secretário-Executivo Rafael Barbosa deu por encerrada a reunião às treze horas e dez minutos.